

CONDICIONANTES ECONÔMICOS E FINANCEIROS DA POLÍTICA
ENERGÉTICA NACIONAL

(versão Preliminar para Discussão)

Nilton Romeu

Otávio Franco

IPEA/CME Abril/89

Os problemas atuais do Setor de Energia são claramente um reflexo dos desequilíbrios externo e interno presentes na economia brasileira, causados, por sua vez, em grande medida pelos choques externos (elevação dos preços internacionais do petróleo e das taxas internacionais de juros entre 1974 e 1979). A definição de uma política energética nacional para as próximas décadas passa, desse modo, pelo equacionamento de três questões básicas emergentes no contexto daqueles desequilíbrios, quais sejam:

a) reformulação necessária na política energética em vigor em função do novo cenário de preços internacionais do petróleo;

b) a crise econômico-financeira do Estado brasileiro de corrente dos chamados "déficits gêmeos", ou seja, a dívida pública interna e o endividamento externo; e

c) a crise financeira ao nível das empresas do setor elétrico gerada por políticas inadequadas como resposta aos desequilíbrios em gestação ao longo dos anos 70.

Por conseguinte, nos parágrafos que se seguem tratamos de avançar algo na análise dessas três questões, de modo a ser possível identificar com clareza os principais estrangulamentos interpostos ao Setor de Energia. Como conclusão a estas notas, procuramos apontar, em linhas bem gerais, algumas diretrizes básicas para a política setorial.

1. A política energética nacional formulada sob os impactos dos choques de preços do petróleo de 1973/74 e 1979, e sobretudo em função da expectativa criada de uma contínua elevação desses pre

ços⁽¹⁾, tinha como objetivos básicos a autonomia energética e a diversificação das fontes primárias, principalmente a substituição do petróleo importado por fontes renováveis nacionais. Vale enfatizar que tais objetivos eram viabilizados economicamente em função da perspectiva da escalada dos preços do petróleo.

A questão fundamental da política energética consistia, pois, em mudar a estrutura do consumo global de energia primária, que em 1979 apresentava os seguintes dados: (i) cerca de 45% daquele consumo era proveniente de combustíveis fósseis não-renováveis; (ii) dependência externa da ordem de 37% do total de energia consumida no país e de 85% em relação ao petróleo⁽²⁾. Deve ser ressaltado que a política de preços, acoplada com incentivos para utilização dos diversos energéticos, caberia papel destacado na definição do novo perfil de produção e consumo de energia primária. Assim, através desta seriam criados estímulos para o uso de fontes alternativas nacionais e, paralelamente, desestímulos ao consumo de energéticos importados, além da indução ao uso eficiente de energia.

O esforço de substituição teve nos investimentos setoriais a sua principal linha de ação. Assim, a participação dos investimentos em energia no total destes no país apresentou um aumento expressivo, elevando-se de um patamar da ordem de 10 - 11% no início dos anos 70 para um pico de 23,5% em 1982/83. Da mesma forma, foi crescente a participação dos investimentos em energia em relação ao PIB, evoluindo de 2,8% nos anos de 1971 a 1973 para cerca de 5% em 1982, declinando a partir daí para cerca de 3% em 1987⁽³⁾.

(1) As previsões mais pessimistas admitiam um preço da ordem de US\$ 60.00/b (em US\$ de 1979) em meados dos anos 80, isto num quadro de crescente escassez do produto.

(2) As fontes desses dados e dos demais citados no texto são o Balanço Energético nacional - 1987 e Comissão Nacional de Energia - Subgrupo de Referências Básicas.

(3) Os investimentos em energia em 1982 representavam cerca de US\$ 11.7 bilhões, a preços de 1987.

A distribuição dos investimentos por fontes energéticas em relação ao PIB apresentou o seguinte quadro: i) o setor elétrico elevou sua participação de 1,8% no início da década de 70 para 2,6% em 1983; ii) os investimentos em petróleo seguiram aproximadamente a evolução dos seus preços internacionais, ou seja, passaram de 0,8% para 1,4% após o 1º choque, voltando a elevar-se após o 2º choque, atingindo 1,8% do PIB em 1982; iii) os investimentos no PROÁLCOOL representaram cerca de 0,5% entre 1980-84, correspondentes ao período de sua implantação; iv) os investimentos nucleares mantiveram-se em torno de 0,2% do PIB entre 1978-85. O que deve ser destacado nestes dados é que o pico dos investimentos em energia ocorreu entre 1982/83, passando a declinar nos anos finais da presente década.

Os resultados da estratégia delineada para o setor Energético podem ser avaliados em função da consecução de seus objetivos, implícitos na evolução do consumo total por fontes primárias. Assim, a hidreletricidade mostra uma impressionante elevação de sua participação no consumo total, aumentando de 19% em 1973 para 30% em 1986. A cana-de-açúcar também aumentou sua participação, passando de 8% do total em 1973 para cerca de 12% em 1986. Tendência oposta a essas se verifica no caso do petróleo, cuja participação no período 1973-86 caiu de 43% para 33%.

Quanto a dependência externa de energia, ocorreu uma forte redução em termos globais entre 1973-86, ou seja, de 34% para 19%. A redução da dependência em relação ao petróleo foi também bastante significativa, caindo de 78% em 1973 para 45% em 1986.

As modificações ocorridas no mercado internacional do petróleo, contudo, vieram a alterar aquelas expectativas que fundamentavam a política energética que estivemos analisando. O novo cenário de preços internacionais do petróleo, ao contrário das previsões do final dos anos 70, indica que não deverão ocorrer saltos espetaculares. As previsões atuais são de relativa estabilidade na década de 90, situando-se o preço do produto em torno de US\$ 20.00 - 30.00/b. Justificam essas previsões o argumento de que existem atualmente mecanismos reguladores de eventuais instabilidades, capazes de acomodar os interesses dos vários atores da economia do pe

tróleo e suas interações com a economia mundial⁽⁴⁾ .

A inflexão ocorrida em relação à trajetória dos preços internacionais do petróleo colocou, assim, em cheque a "rationale" sobre a qual a política energética havia sido formulada, principalmente a questão da diversificação das fontes primárias. Esta última, justificada anteriormente pela expectativa de contínua elevação do preço do petróleo conforme já fizemos referência, tem exigido a manutenção de incentivos e subsídios governamentais com efeitos de equilibradores nas estruturas de oferta e demanda dos energéticos. É nesse contexto que se coloca a importante questão dos preços relativos dos combustíveis líquidos. Vale, portanto, uma breve digressão sobre a mesma.

O objetivo da política de preços dos combustíveis líquidos era o de minimizar o impacto interno do ajustamento aos choques do petróleo, através da manutenção do preço da gasolina em patamar elevado, enquanto os dos demais derivados permaneciam relativamente reduzidos. Assim, a estratégia montada visava: i) inibir expansões aceleradas do consumo automotivo, onerando consumidores finais de classes de renda média e alta; ii) gerar recursos através dos altos preços da gasolina para a recuperação de custos do setor petróleo e para o financiamento da expansão das reservas e da capacidade produtiva e iii) desonerar relativamente os consumidores de baixa renda (GLP), os industriais (nafta, óleo combustível) e o transporte de carga (diesel). Havia nessa estratégia, como se pode deduzir, objetivos econômicos (minimizar os impactos sobre os custos de produção e, portanto, sobre as taxas de inflação) e sociais (desonerar relativamente as classes de mais baixa renda).

Quanto ao álcool, o fato deste na sua forma anidra ser adicionado à gasolina, e vendido ao alto preço desta, criava um mecanismo interno de subsídios cruzados. Explica-se: o preço do álcool anidro ao nível do preço da gasolina gerava recursos suficientes para subsidiar o hidratado, que chegava aos consumidores finais a um preço abaixo do custo de produção. No entanto, a grande expan

(4)

Destacam-se entre esses mecanismos reguladores a maior participação na produção mundial de países não integrantes da OPEP, a viabilização da produção de petróleo e energéticos alternativos em caso de nova escalada de preços e a retração da oferta em situação de pressões baixistas.

são das vendas de veículos a álcool hidratado após 1979, que passaram a responder por mais de 90% da colocação de novos modelos no mercado⁽⁵⁾, tem diminuído significativamente os consumos associados de gasolina e álcool anidro. Como consequência, reduziu-se a base de arrecadação de recursos para o subsídio ao álcool hidratado e à manutenção de preços favorecidos a outros derivados.

A contínua elevação do preço do álcool⁽⁶⁾, contraposta ao cenário de estabilidade e preços baixos do petróleo e de redução dos recursos para o seu subsídio, tem exigido um elevado patamar de preço da gasolina, dada a paridade entre os preços de ambos. De outra parte, o propósito de amortecer os efeitos inflacionários internos, que resultariam da elevação concomitante dos preços dos mais derivados (GLP, nafta e diesel), tem se refletido numa relação de preços outros derivados/gasolina excessivamente baixa, principalmente diesel/gasolina.

Em conclusão, a viabilidade financeira do PROÁLCOOL, ao desestruturar os preços relativos dos derivados, provocou graves desequilíbrios nas suas estruturas de oferta e demanda, manifestados nas seguintes situações: i) crescimento exagerado da demanda de diesel em relação à combustíveis do ciclo Otto; ii) substituição crescente da gasolina pelo álcool carburante; iii) necessidade de exportação, às vezes de forma gravosa, dos excedentes de gasolina; iv) possível sobras de óleo combustível e importação do GLP e v) realização de vultosos investimentos na adaptação da estrutura de refino de forma a reduzir a proporção da gasolina e aumentar a do diesel. Acrescente-se, ainda, a esse quadro de desequilíbrios o fato de que a PETROBRÁS espera alcançar a auto-suficiência com a produção de petróleo em águas profundas, a um custo alegado de US\$ 11.00/b, e temos estabelecida a premência de se repensar a política setorial vigente.

(5) Este resultado se deve à criação de um conjunto de incentivos à aquisição de veículos a álcool, entre os quais destaca-se a fixação do teto máximo de 65% (alterada para 69% em junho/88 e para 75% em dez/88) para a paridade de preço álcool/gasolina.

(6) Essa elevação se faz necessária para a cobertura dos custos de produção, estocagem e comercialização.

No setor elétrico, a política energética delineada após choques do petróleo teve também efeitos desequilibradores. A aceleração dos investimentos em energia elétrica, criando certa margem de capacidade ociosa de geração, mais o declínio de seus preços em termos reais e mais o estabelecimento de tarifas especiais visando substituir derivados do petróleo, induziram a intensificação do uso de eletricidade por unidade monetária do PIB⁽⁷⁾. Essa intensificação foi particularmente importante no setor industrial, que sofreu modificações estruturais no sentido da introdução de tecnologias eletro-intensivas e da produção de materiais altamente consumidores de eletricidade, como o alumínio e o cloro⁽⁸⁾. Mais uma vez, o novo cenário de preços do petróleo produziu uma demanda desequilibrada, onde se consome mais eletricidade do que o recomendável pela nova situação de preços relativos.

Os planos de investimentos da ELETROBRÁS (Plano 2010) para a expansão do sistema da energia elétrica, certamente influenciados pelos desequilíbrios da demanda mencionados, coloca para o país a necessidade de grandes investimentos em geração, transmissão e distribuição para o aproveitamento do potencial hídrico, em grande parte localizado na Amazônia. Dado o atual quadro de escassez de recursos para investimentos, conforme analisaremos mais à frente, e dada a alegada perspectiva de prováveis racionamentos em futuro próximo, fica também clara a necessidade de repensar a política para este setor de forma a se ter uso otimizado das diferentes fontes de energia elétrica.

⁽⁷⁾ A razão oferta interna de energia elétrica/PIB elevou-se de 59 tEP/Cz\$ 10³, em 1970, para 107 tEP/Cz\$ 10³ em 1986 (a preços de 1976).

⁽⁸⁾ Um argumento polêmico relacionado a essa questão sustenta que a intensificação do uso de eletricidade por unidade de produto verificada em países como o Brasil, e que é oposta àquela observada nos países desenvolvidos, configura um novo sistema de divisão internacional do trabalho. Nesse, compete à Periferia produzir bens intensivos em energia, deslocados dos países desenvolvidos, visando principalmente a sua exportação e, em contrapartida, arcar com os ônus correspondentes aos investimentos necessários e impactos ambientais associados.

Como conclusão final à análise dos desequilíbrios gerados em função da inadequação da política energética ainda em vigor frente ao novo cenário de preços do petróleo, reafirmaríamos a necessidade de sua reformulação. Em particular é urgente estabelecer uma nova política de preços relativos capaz de superar os desequilíbrios identificados e gerar uma matriz energética que reflita o uso eficiente e equilibrado do conjunto de suas fontes.

2. Um dos problemas econômicos mais graves que o País enfrenta atualmente é o virtual colapso das finanças públicas. A sua implicação é que o Estado tornou-se incapaz de continuar cumprindo um papel dinâmico no processo de crescimento através de seus investimentos, sobretudo na expansão da infra-estrutura econômica. Na raiz dessa crise do Estado brasileiro está o processo que levou à acumulação das duas dívidas - a externa e a interna.

O endividamento externo resultou da forma particular que o país adotou para adaptar-se ao 1º choque do petróleo. O desequilíbrio estrutural causado por este exigia a redução do nível de atividade interna, de forma a diminuir as necessidades de importações de petróleo, ou seja, a adoção do chamado ajustamento recessivo. A estratégia brasileira, ao contrário, foi a de manter o crescimento do produto a taxas elevadas e financiá-lo com empréstimo externos obtidos junto a instituições financeiras privadas a taxas de juros flutuantes⁽⁹⁾. O segundo choque do petróleo e a elevação das taxas internacionais de juros a partir de 1979 vieram a agravar significativamente as condições desse endividamento.

(9) Era também parte importante dessa estratégia o ajustamento estrutural do balanço de pagamentos, baseado na substituição de importações de bens de capital e insumos básicos, os principais itens da pauta.

O endividamento interno está associado também ao objetivo de manter o crescimento acelerado. Com esse propósito, criou-se um amplo leque de fundos e programas, administrados pelo Banco Central, destinados a fornecer recursos subsidiados para atividades e setores prioritários. Tais fundos, alocados indevidamente no orçamento monetário, e, portanto, sem cobertura de recursos fiscais, passaram a exigir a colocação de títulos públicos federais no mercado primário para evitar o seu financiamento via expansão da moeda. Num segundo momento, as taxas domésticas de juros elevadas, necessárias à colocação crescente de títulos do governo, e os efeitos sobre o estoque da dívida acumulada, via correção monetária, da aceleração inflacionária observada no período, deram a essa dívida um caráter financeiro. Assim, a mesma passou a crescer em função do seu próprio serviço.

As dívidas interna e externa, geradas em linhas bem gerais pelo processo descrito acima⁽¹⁰⁾, criaram duas restrições graves. A primeira delas é a impossibilidade de se continuar financiado o crescimento econômico através da absorção de poupanças externas, conforme se fez até o final dos anos 70. A segunda é a impossibilidade de financiá-lo internamente de forma não inflacionária recorrendo ao mercado de títulos públicos. Na verdade, o giro da dívida interna acumulada tem concentrado de forma perigosa nas mãos do governo as poupanças do setor privado.

Uma análise interessante do desajuste das contas externas como restrição à capacidade de financiar os investimentos obtém-se

(10) É importante também apontar a forma como essas duas dívidas se interrelacionam. A entrada de recursos externos com elevação das reservas internacionais, e portanto em excesso às necessidades de cobertura do déficit em transações correntes, leva o governo a ter que colocar títulos no mercado para obter o seu contravalor em moeda nacional. De outra parte, a estatização da dívida externa obriga o governo a comprar dólares dos exportadores para o serviço dessa dívida, resultando em novas colocações de títulos. Amplia-se, assim, a dívida interna refletindo a externa.

considerando os conceitos de taxa de investimento, taxa de poupança territorial e taxa de absorção da poupança externa⁽¹¹⁾. Conforme pode ser observado no gráfico 1 em anexo, a taxa de investimento manteve-se acima da taxa da poupança interna até o início dos anos 80, o que era possível pela absorção de poupanças externas na forma de déficits em transações correntes (excl. juros). Entretanto, na medida em que a crise cambial se agravou em 1981/82 e o país viu-se na contingência de adotar o programa de ajustamento preconizado pelo FMI, a taxa de investimento caiu abaixo da poupança territorial, sendo a diferença (3 a 5% do PIB) destinada ao serviço da dívida.

A conclusão principal dessa análise é que, mantendo-se os atuais termos da questão do endividamento externo, o país defronta-se com uma restrição macroeconômica grave à sua capacidade de investimento. Mais importante ainda, essa restrição se impõe a todos os setores da economia, ou seja, tanto ao governo quanto ao setor privado.

A crise financeira do Estado colocou assim em questionamento a sua capacidade de continuar desempenhando a sua função básica de conduzir programas de interesse do desenvolvimento nacional, com o objetivo maior de reduzir as amplas desigualdades setoriais e regionais existentes no país. Essa crise veio reforçar a posição daqueles que defendem a redução da participação do Estado na atividade econômica, abrindo espaços à iniciativa privada. No Setor de Energia, o debate Estatização X Privatização colocou em pauta questões importantes como o papel da iniciativa privada na

(11) Esses conceitos decorrem da equação básica $Y = C + I + (X - M)$, onde Y é o PIB, C é o consumo aparente, incluindo a variação de estoques, I é a formação bruta de capital fixo e (X-M) são as exportações líquidas de bens e serviços não-fatores. Dessa equação segue-se que $I/Y = Y - C/Y - (X - M)/Y$, que são os conceitos indicados acima. As idéias para este tipo de análise foram sugeridos por Carlos Feu Alvim, Investimentos Energéticos, Comissão Nacional de Energia, novembro/88, mimeo.

indústria de energia elétrica, envolvendo discussões como a priva tização das concessionárias e a participação acionária do setor pri vado nas mesmas, e ainda desencadeando o processo de revisão da con cepção de planejamento setorial centralizado, tendo a ELETROBRÁS co mo empresa holding do sistema. Na verdade, o esgotamento do Estado suscitou a busca de um novo modelo institucional para o Setor Elé trico, onde o papel dos seus vários atores sejam redefinidos em fun ção das condições econômicas atuais.

3. A crise financeira ao nível das empresas elétricas, a terceira questão básica para a formulação da política energética; nada mais é do que uma manifestação particular da crise do seto r estatal brasileiro. A prática de contenção tarifária como instrumen to da política anti-inflacionária e a utilização de projetos seto riais para operações de crédito no exterior visando o financiamento do déficit em transações correntes constituem os dois elementos es senciais das dificuldades presentes do Setor Elétrico.

A avaliação do impacto desses dois elementos passa pri meiro pelo exame das condições que até meados dos anos 70 permitiam a expansão com equilíbrio econômico-financeiro do Setor Elétrico: O parâmetro básico para essa análise é a taxa de remuneração do inves timento, que deve ser compatível com o custo de recursos de tercei ros, de forma a se obter uma margem para remunerá-los, e ao capital próprio, e ainda auto-financiar parte da expansão⁽¹²⁾: A gar antia de uma remuneração real dos investimentos das empresas elétricas até 1977 (cerca de 11% nesse ano) permitiam, então, a expansão equili brada. Quanto ao aporte complementar de recursos externos, estes eram captados juntos a instituições oficiais, como o BIRD e o BID, a taxas de juros fixas e a prazos bastante longos (cerca de 25 anos), totalmente compatíveis com a maturação dos projetos setoriais.

(12) A base do cálculo dessa taxa é o investimento remunerável; cons tituído pelo valor dos bens e instalações em serviço, pelo capi tal de giro e deduzidas a reserva de depreciação e a conta de resultados a compensar, sendo o mesmo corrigido monetariamente. As tarifas elétricas, fixadas pelo DNAEE sob o regime do "servi ço pelo custo", devem, em princípio, assegurar uma taxa de remuneração mínima legal de 10 a 12% a.a., capaz de produzir a com patibilidade mencionada.

A situação de equilíbrio econômico-financeiro do Setor Elétrico, no entanto, sofreu sensível deterioração ao longo desta década, refletida no acentuado declínio da taxa de remuneração do investimento para cerca de 4% e 5% em 1986 e 87. A responsabilidade por essa nova situação coube ao controle de preços de bens de serviços públicos exercido pelo Conselho Interministerial de Preços-CIP. A preocupação deste estava em conter as altas de preços e não nas necessidades financeiras das empresas e em seus programas de investimentos. Desse modo, frequentemente impedidas de ajustar tarifas de acordo com a tendência inflacionária, as empresas de energia elétrica tiveram reduzidas suas possibilidades de gerar recursos internos para financiar suas expansões⁽¹³⁾. Como consequência, ocorreu uma perda significativa de recursos gerados internamente, que declinaram de 43% em 1974, para 41% em 1977 e apenas 27% em 1986.

As condições em que ocorreu endividamento externo do Setor Elétrico a partir de meados dos anos 70 foram completamente diferentes daquelas que prevaleciam na fase de equilíbrio do modelo. A dívida agora contraída tinha objetivos externos ao setor (financiamento do déficit em transações correntes), seus prazos de carência definidos pelo BACEN estavam em desacordo com a maturação de seus projetos e eram, principalmente, empréstimos em moeda vinculados ao fornecimento de bens, inclusive para a compra antecipada de equipamentos.

A elevação substancial das taxas de juros internacionais após 1979 e o declínio paralelo da taxa de retorno dos investimentos, dadas aquelas condições em que se fez o endividamento externo, inviabilizaram o modelo setorial. Instalou-se, assim, a crise econômico-financeira do Setor Elétrico, resumida na incapacidade deste em gerar os recursos necessários para o financiamento dos investimentos e cobertura do serviço da dívida. Os indicadores seguintes mostram claramente essa situação:

(13) A tarifa média real de energia elétrica sofreu forte redução a partir de 1977 até 1986, período em que a mesma passou de Cz\$ 1.597,00/MWh para Cz\$ 1.279,00/MWh.

a) a proporção dos recursos próprios aplicados no Setor declina de 70% em 1974, para 58% em 1977 e 45% em 1986; em contrapartida eleva-se a utilização de recursos de terceiros de 30% em 1974 para 55% em 1986.

b) o serviço da dívida como proporção do total das aplicações cresce significativamente entre 1974 e 1986, de 13% para 60%; há no mesmo período um correspondente decréscimo nos investimentos, de 71% para 35%.

A crise do Setor Elétrico que acabamos de delinear, e este aspecto deve ser enfatizado, situa-se no contexto mais amplo da chamada crise do setor estatal brasileiro, cujas características são a iliquidez e o elevado endividamento das empresas estatais e a falta de recursos para os investimentos necessários. O fato significativo é que esse quadro de deterioração do setor público nacional contém o grave risco de inviabilizá-lo como principal instrumento do desenvolvimento econômico do país.

No caso do Setor Elétrico, essas restrições significam inviabilizar em grande parte os investimentos necessários ao programa de expansão do sistema, gerando estrangulamentos no suprimento de eletricidade. No contexto dessa crise, as premissas e os instrumentos básicos sobre os quais o Setor estava estruturado entraram em disfunção, desencadeando todo um processo de revisão crítica.

As chamadas "questões emergentes" surgiram desse processo e elas podem ser resumidas nos seguintes temas: i) centralização x descentralização: os concessionários de maior porte ligados aos estados mais desenvolvidos reclamam menor regulação federal, que entendem como prejudicial, e maior autonomia de atuação; ii) estatização x privatização: os capitais privados, conforme já fizemos referência, são vistos como a alternativa para superar as restrições do setor estatal⁽¹⁴⁾ e iii) Equalização x Desequalização Tarifária: as discussões, nesse caso, estão mais centradas nas impropriedades do mecanismo atual que equaliza as tarifas, manifestadas na desor

(14) É importante chamar a atenção que esse argumento deve ser qualificado pela restrição macroeconômica à capacidade de investimento incidente também sobre o setor privado, conforme enfatizamos anteriormente.

ganização do fluxo de recursos intra-setorial, na interferência na gestão econômica das empresas e no desestímulo à eficiência administrativa.

As diretrizes gerais para o Setor de Energia apresentadas abaixo, com as quais procuramos concluir estas notas, representam apenas uma tentativa de estabelecer parâmetros que julgamos de devam orientar a política setorial:

a) os programas de expansão da ELETROBRÁS e PETROBRÁS es tão condicionados à restrição global da capacidade financeira do Estado e por isso devem ser analisados considerando o "trade-off" en tre o equilíbrio financeiro e eventuais estrangulamentos no suprimento desses energéticos, capazes de comprometer o crescimento futuro do país;

b) ajustar as projeções de demanda rigorosamente às pre visões anuais de cenários de crescimento até o ano 2010, estabelecendo um cronograma de investimentos capaz de compatibilizar os objetivos de saneamento do setor público com as necessidades de crescimento do país;

c) a partir do novo cenário de preços do petróleo e das reservas detectadas em águas profundas, discutir os papéis do PROÁLCOOL e do Petróleo nos anos 90 visando o equacionamento dos desequilíbrios existentes, principalmente em relação à gasolina, ál cool e diesel;

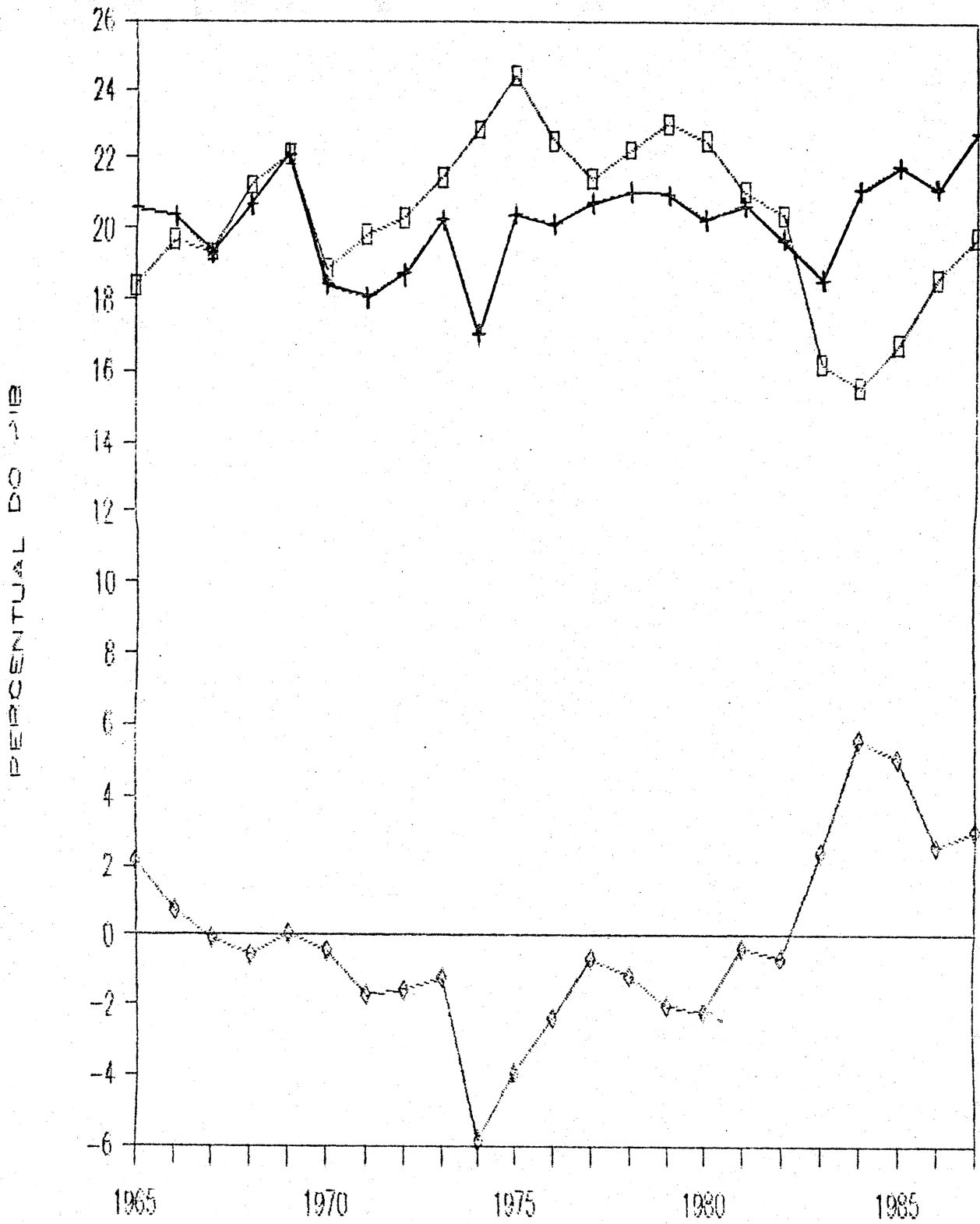
d) ter presente que as restrições financeiras à expansão do Setor Elétrico passam necessariamente pela solução das "questões emergentes" associadas à crise do setor estatal brasileiro;

e) delinear uma política de preços capaz de remover os desequilíbrios entre oferta e demanda de energéticos e estimular a eficiência na sua utilização.

GRÁFICO 1

TX INVEST, TX POUP TERR, ABSOR POUP EXT

VALORES RELATIVOS AO PIB



INVESTIMENTO

+ TX POUP TERRIT

◇ ABSORCAO POUP EXT